

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

Por Leandro Galastri*

“O modo de vida materializa a passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às microrrelações (o cotidiano das classes)” (DIAS, 2012, p. 51). São os amplos e variados processos que caracterizam tal mediação que Edmundo Dias se propõe a debater, demonstrar, questionar neste seu mais recente livro. E o faz de maneira original, alinhavando reflexões que atravessam problemas conceituais como as questões sobre hegemonia, subalternidade, cultura, educação, linguagem, conectando-os à análise de fenômenos históricos cruciais para uma abordagem abrangente seja da história das lutas de classes no mundo, como o “Outono Quente” italiano e o Partido dos Panteras Negras nos Estados Unidos, bem como as questões atuais ligadas à reestruturação produtiva empreendidas pelo neoliberalismo e outras questões do cotidiano concreto das classes oprimidas.

Visões da luta de classes na história recente

Todos os fenômenos listados acima foram e são expressões diárias e concretas do acirramento das lutas entre as classes e frações de classes fundamentais na formação social capitalista. A imposição e sobrevivência de reações do capital como o neoliberalismo, segundo Dias, dependem, por exemplo, da disseminação ideológica de classe, da naturalização da pobreza e negação da história, seja por meio do senso comum ou da própria “ciência” quando utilizada para a mera confirmação dos interesses dominantes, por meio dos que Dias lembra serem os “intelectuais orgânicos da repressão”. Aprofundando a observação, observa o autor que instituições oficiais e privadas são criadas para legitimar e internacionalizar a doutrina neoliberal que, travestindo-se de um programa universal, responde às exigências do capital promovendo o desengessamento das condições de acumulação, a criminalização das classes subalternas e a culpabilização dos pobres pela condição em que vivem.

* Professor da Universidade Federal de Alfenas / Unifal-MG.

A teoria da liberdade individual, pautada na ideia de livre arbítrio, alijaria as classes subalternas de qualquer possibilidade e participação política, ao mesmo tempo em que mantém velada a repressão baseada na classe e no pertencimento racial. Soma-se a isso a disseminação, sobretudo pela mídia, de uma visão dos direitos do homem como uma espécie de tolerância aos “bandidos”, que, não raro, são pessoas marginalizadas ou trabalhadores assalariados. Nesse sentido, as desigualdades sociais e raciais são desconsideradas enquanto promotoras de violências urbanas e o sistema penitenciário cumpriria o papel de “encarceramento de miseráveis” e “limpeza étnica” em nome da “manutenção da ordem”.

A tríade “pobre, preto e preso” é lembrada por Dias como os rótulos concentrados dos seres objetos da exploração, opressão e discriminação. Frações importantes do movimento negro, por exemplo, se destacariam pelo enfrentamento às contradições postas pelas diversas segmentações presentes no interior das classes subalternas: classe, etnia, gênero, etc. No caso lembrado por ele, os “Black Panthers”, seria característico também a recusa à “integração oficial” pautada em um projeto de redefinição dos afro-americanos na formação social estadunidense a partir da melhoria das condições de vida dessa população. Nesse contexto, a luta das mulheres negras, por exemplo, por meio de um feminismo que trilharia caminhos diversos e por vezes opostos ao feminismo burguês das mulheres brancas, seria imprescindível à compreensão dos mecanismos de exploração capitalista e racista. De protestos contra a restrição a seu direito constitucional de portar armas, protestos efetuados, sobretudo, por militantes dos guetos negros americanos, à organização por estes mesmos militantes do Partido dos Panteras Negras, surge o movimento racial estadunidense que mais radicalmente associava, ou melhor, demonstrava, em sua prática política e social, as conexões indeléveis entre opressão racista e exploração classista. Como relembra Dias, o FBI e os “mass media” encarregaram-se de determinar, no final da década de 1960, a destruição daquele movimento.

Outra importante referência histórica esmiuçada no livro, como já adiantamos acima, seria o chamado “Outono Quente”, ocorrido no final da década de sessenta. O “Outono Quente” teria sido, para Dias, a reedição do chamado “biennio rosso” de 1919-1920. O fenômeno, ocorrido mais precisamente em 1969, teve como principal referência a cidade de Turim, em termos urbanos, industriais e políticos, além da Fiat como “quartel general das tropas capitalistas”.

Na ocasião, as lutas salariais teriam evoluído para questões políticas referentes ao controle operário da produção. Dias considera que se forma na ocasião um novo “modo de vida operário”, aludindo aqui às conhecidas concepções de Gramsci e Trotsky. A chegada massiva de migrantes italianos do Sul teria conferido ensejo a esse novo “modo de vida” por meio, entre outros fenômenos, de suas dificuldades de adaptação às cidades, às formas de rejeição sofridas no interior da antiga classe operária, à ausência da vivência das lutas dos antigos militantes, ao recusarem-se a aderir a uma disciplina consuetudinária com o PCI e às estruturas sindicais que, havia muito tempo, estavam separadas da base de classe. A assembleia autônoma de operários e estudantes, em julho de 1969, determinava uma ruptura a respeito da estratégia de luta. O que ocorria era que o movimento operário encontrava nas burocracias sindicais e partidárias (no caso, o PCI) uma incompreensão do que estaria de fato acontecendo por meio das profundas transformações pelas quais passava o “mundo do capital” e das novas formas do processo produtivo.

A educação e a tentativa de construir o consenso

Ponto alto complementar do livro é o tratamento dado à reprodução da hegemonia burguesa em suas formas contemporâneas reestruturadas, das quais a educação seria processo central.

Dias trata da reconfiguração da escola que, regida pela ideologia neoliberal, produz um formato de ensino instrumental para o capital, modelo adotado inicialmente pelas escolas técnicas e profissionalizantes, vindo a contaminar a expansão do terceiro grau que, sob a tutela dos organismos internacionais, estaria sendo marcada pelo individualismo pós-moderno; a precarização do trabalho docente, pressão por produtividade e destruição de suas formas de organização, escassez de recursos e privatizações. O produto desse modelo educativo seria o desemprego tendencial, que culpa o trabalhador pelo seu suposto fracasso no mercado de trabalho por desqualificação individual. Esse trabalhador é, contudo, vítima de um sistema que se preocupa em “formar” de acordo com as exigências mínimas do mercado e, sobretudo, prima pela manutenção de modelos diferenciados de escola para dominantes e dominados.

O desmantelamento do ensino, não apenas superior, mas de toda a educação básica, nasceria com a ineficiência do próprio Estado em prover uma educação de qualidade, buscando assim, por meio de parcerias (ONGs, terceiro setor, etc.), camuflar

a sua ausência ao passo que garante a transferência de recursos para grandes projetos direta ou indiretamente privatistas. Ainda como tendência neoliberal, surgem as variadas formas de premiação por mérito e/ou punição pela ausência de resultados. A educação resumir-se-ia então a preparar futuros trabalhadores não para que alcancem funções de prestígio, mas minimamente qualificados para o desempenho de atividades servis.

O enfoque na formação profissional por meio de programas de qualificação e requalificação requer a legitimação e o uso frequente do “progresso técnico” que, ideologicamente apresentado como benéfico para trabalhadores e capitalistas, camuflam as contradições classistas. Tais programas de formação, regulados por organismos internacionais, teriam ganhado o contorno de uma “política social” por serem regulados pelo Estado. Tratar-se-ia, contudo, de mecanismos de adestramento para adequação a um processo sem sujeito que desvaloriza a força de trabalho ao submeter o trabalho vivo ao ritmo das tecnologias, ao mesmo tempo em que lança para o trabalhador a “culpa” pela falta de qualificação.

Dentre os setores que pleiteiam recursos públicos para a “formação” dos trabalhadores destacam-se os sindicatos. A adoção de práticas colaboracionistas pelo movimento sindical legitima políticas necessárias à acumulação do capital pautadas no discurso da necessidade de adequação às mudanças no mundo do trabalho. Assim, os sindicatos descaracterizam-se enquanto espaço de luta e embate de projetos classistas diferenciados, adotando posturas de negociação e pactos sociais.

A globalização, reforma e modernização do Estado, somadas à reestruturação do trabalho, são mecanismos e estratégias que não só formatam as políticas sociais a esse novo arranjo sócio político e institucional, mas legitimam esse quadro de transformação. Tudo isso dentro de uma lógica determinista que, num processo de reificação do real que reforça a leitura capitalista, fragmenta a história e assume novas formas como o determinismo tecnológico, tradução atualizada das vertentes positivistas que aliam liberalismo político, liberalismo econômico e cientificismo.

Enfim, tal é a tônica desta obra de Dias. Um método de exposição coerente, conferindo sentido inteligível às várias dimensões da reestruturação capitalista das últimas décadas, que a concepção de mundo burguesa insiste em apresentar como fragmentos independentes do que seria uma evolução natural e inexorável do “progresso” da humanidade. O livro é uma análise detida e aprofundada, escorada numa

pesquisa ampla e rigorosa, dos novos modos de vida que conformam os processos contemporâneos de revolução passiva.

RECEBIDO EM 31-10-2014

APROVADO EM 30-03-2015